



PLENÁRIO

TERÇA-FEIRA 22/02- SESSÃO DELIBERATIVA

NÃO HAVERÁ SESSÃO



PLENÁRIO

TERÇA-FEIRA 22/02-13H55 SESSÃO DELIBERATIVA

[PL 1518/2021](#) - da Sra. Jandira Feghali e outros - que "institui a Política Nacional ALDIR BLANC de fomento ao setor cultural e dá outras providências". (Apensados: PL 3225/2021 e PL 1577/2021)

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Baixo

[PLP 116/2021](#) - dos Srs. Diego Andrade e Vitor Hugo - que "suspende os prazos para cumprimento de obrigações tributárias acessórias, bem como a tramitação de processos administrativos fiscais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive".

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Médio

[PLP 73/2021](#) - do Senado Federal - Paulo Rocha - que "dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais voltadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). "

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Médio

PL 6461/19 - ESTATUTO DO APRENDIZ (PL646119)

TERÇA-FEIRA 22/02- 14H30- AUDIÊNCIA PÚBLICA E DELIBERAÇÃO

A - Audiência Pública

WELBER PEREIRA DOS SANTOS, Assessor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA (REQ 2/21) - (confirmado);

ALEXANDRE FURLAN, 3º Diretor Financeiro e Presidente do Coselho de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social da Confederação Nacional da Indústria - CNI (REQ 2/21) - (confirmado);

MÁRCIO MOTTA, Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio e de Bens, Serviços e Turismo - CNC (REQ 2/21) - (confirmado);

NICOLE GOULART, Diretora Nacional do SEST SENAT representando a Confederação Nacional do Transporte - CNT (REQ 2/21) - (confirmado);

Representante da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil - CACB (REQ 2/21) - (a confirmar);

MÁRCIO LUIZ FATEL, Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC (REQ 7/21) - (confirmado);

(Requerimento nº 2 do Dep. Marco Bertaiolli)

(Requerimento nº 7 do Dep. Luiz Carlsso Motta)

REQ 4/2022 PL646119 - da Sra. Flávia Morais - (PL 6461/2019) - que "requer a esta Comissão Especial – PL 6461/19 – Estatuto do Aprendiz, a realização de seminário na Região Centro-Oeste na cidade de Goiânia – GO para coletar contribuições para a análise da matéria conforme o plano de trabalho aprovado pela Comissão".

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Baixo



PLENÁRIO

TERÇA-FEIRA 22/02- 16H- SESSÃO DELIBERATIVA

SEM PROJETOS DE INTERESSE EM PAUTA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

TERÇA-FEIRA 22/02- 9H- SESSÃO DELIBERATIVA

[PL 4890/2019](#) - Dispõe sobre incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a sessenta anos.

Relator: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Posicionamento: **Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Médio

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

TERÇA-FEIRA 22/02- 11H30- SESSÃO DELIBERATIVA

[PLS 205/2018](#) - Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.

Relator: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Posicionamento: **Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Alto

[PLS 540/2018](#) - Altera a Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção.

Relator: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Posicionamento: **Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Alto

PLS 403/2018 - Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.

Relator: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Posicionamento: **Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Baixo

PL 3966/2019 - Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.

Relator: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta.

Posicionamento: **Favorável com ressalvas ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Alto

REQ 6/2022 - CAS - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PLS 540/2018 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção.

Posicionamento: **Favorável ao projeto (FCS)**

Impacto: Baixo

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)

TERÇA-FEIRA 22/02- 14H30- SESSÃO DELIBERATIVA

PLC 207/2015 - Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor.

Relator: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Posicionamento: **Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Alto

[PLS 374/2017](#) - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.

Relator: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: **Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Médio

[PL 4290/2019](#) - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência.

Relator: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Posicionamento: **Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)**

Impacto: Alto

DESTAQUES

► **Comissão especial discute o papel das empresas na aprendizagem profissional nesta terça**

A comissão especial do Estatuto do Aprendiz (Projeto de Lei 6461/19) realiza uma audiência pública nesta terça-feira (22) para discutir o papel das empresas na aprendizagem profissional. Entre outros pontos, o projeto, de autoria do deputado André de Paula (PSD-PE) e mais 25 parlamentares, estabelece condições sobre os contratos de trabalho, cotas para contratação, formação profissional e direitos dos aprendizes.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



PLENÁRIO

QUARTA-FEIRA 23/02- SESSÃO DELIBERATIVA

NÃO HAVERÁ SESSÃO



PLENÁRIO

QUARTA-FEIRA 23/02-9H55 - SESSÃO DELIBERATIVA

[PLP 129/2007](#) - do Sr. Guilherme Campos - que "dispõe sobre a decadência do direito de a Fazenda Pública proceder ao lançamento tributário, reduzindo para dois anos os prazos a que se referem o § 4º do art. 150 e o caput do art. 173, ambos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (denominada Código Tributário Nacional)". (Apensados: PLP 275/2008 (Apensado: PLP 142/2015), PLP 378/2008, PLP 484/2018, PLP 28/2020 (Apensado: PLP 119/2021) e PLP 118/2021)

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Alto

[PL 1518/2021](#) - da Sra. Jandira Feghali e outros - que "institui a Política Nacional ALDIR BLANC de fomento ao setor cultural e dá outras providências". (Apensados: PL 3225/2021 e PL 1577/2021)

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Baixo

[PLP 116/2021](#) - dos Srs. Diego Andrade e Vitor Hugo - que "suspende os prazos para cumprimento de obrigações tributárias acessórias, bem como a tramitação de processos administrativos fiscais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive". Explicação: Altera a Lei nº 5.172 de 1966.

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Médio

[PLP 116/2021](#) - dos Srs. Diego Andrade e Vitor Hugo - que "suspende os prazos para cumprimento de obrigações tributárias acessórias, bem como a tramitação de processos administrativos fiscais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive". Explicação: Altera a Lei nº 5.172 de 1966.

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Médio

[PLP 73/2021](#) - do Senado Federal - Paulo Rocha - que "dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais voltadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). "

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Médio



PLENÁRIO

QUARTA-FEIRA 23/02-16H- SESSÃO DELIBERATIVA

SEM PROJETOS DE INTERESSE EM PAUTA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJC)

QUARTA-FEIRA 23/02- 10H- SESSÃO DELIBERATIVA

[PEC 110/2019](#) - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Relator: Senador Roberto Rocha

Relatório: Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento parcial das Emendas nºs 5, 7, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 135, 150, 158, 159 e 162, e rejeição das demais, nos termos do Substitutivo que apresenta.



FRENTE PARLAMENTAR DE
COMÉRCIO, SERVIÇOS
E EMPREENDEDORISMO

AGENDA DO DIA 23/02/2022

Posicionamento: Acompanhar (GERAL)

Impacto: Muito Alto



PLENÁRIO

QUINTA-FEIRA 24/02-9H55 - SESSÃO DELIBERATIVA

NÃO HAVERÁ SESSÃO



PLENÁRIO

QUINTA-FEIRA 24/02-9H55 - SESSÃO DELIBERATIVA

[PLP 129/2007](#) - do Sr. Guilherme Campos - que "dispõe sobre a decadência do direito de a Fazenda Pública proceder ao lançamento tributário, reduzindo para dois anos os prazos a que se referem o § 4º do art. 150 e o caput do art. 173, ambos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (denominada Código Tributário Nacional)". (Apensados: PLP 275/2008 (Apensado: PLP 142/2015), PLP 378/2008, PLP 484/2018, PLP 28/2020 (Apensado: PLP 119/2021) e PLP 118/2021)

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Alto

[PL 1518/2021](#) - da Sra. Jandira Feghali e outros - que "institui a Política Nacional ALDIR BLANC de fomento ao setor cultural e dá outras providências". (Apensados: PL 3225/2021 e PL 1577/2021)

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Baixo

[PLP 116/2021](#) - dos Srs. Diego Andrade e Vitor Hugo - que "suspende os prazos para cumprimento de obrigações tributárias acessórias, bem como a tramitação de processos administrativos fiscais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive". Explicação: Altera a Lei nº 5.172 de 1966.

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Médio

PLP 73/2021 - do Senado Federal - Paulo Rocha - que "dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais voltadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). "

Posicionamento: Favorável ao projeto (FCS)

Impacto: Médio



PLENÁRIO

QUINTA-FEIRA 24/02-16H- SESSÃO DELIBERATIVA

SEM PROJETOS DE INTERESSE EM PAUTA